**A JUSTICIABILIDADE DOS DIREITOS SOCIOECONÔMICOS E
CULTURAIS NO SUL GLOBAL: UMA APROXIMAÇÃO ÀS TEORIAS
DIALÓGICAS DE LANDAU, TUSHNET E DIXON**

**THE JUSTICIABILITY OF SOCIOECONOMIC AND CULTURAL RIGHTS
IN THE GLOBAL SOUTH: AN APPROACH TO THE DIALOGICAL THEORIES
OF LANDAU, TUSHNET AND DIXON**

Flávia Danielle Santiago Lima¹

Eduarda Peixoto da Cunha França²

RESUMO: Quais os limites e possibilidades do controle de constitucionalidade no Sul Global para a efetivação dos direitos sociais, econômicos e culturais (DESC's)? O presente estudo tem como objetivo investigar, partindo do pressuposto de que não existem propostas únicas de atuação para as instituições judiciais, a resposta para o referido questionamento. Utiliza-se o método de abordagem dedutivo a fim de, primeiramente, apresentar o debate geral acerca da justiciabilidade dos DESC's e destrinchar o pressuposto de que os direitos de primeira, segunda e terceira geração estão imbricados. Num segundo momento, através de pesquisa bibliográfico-documental, trabalha-se as teorias Mark Tushnet, David Landau e Rosalind Dixon no que concerne à atuação dos tribunais frente à judicialização desses direitos e consequente necessidade de efetivação dos mesmos em democracias frágeis e realidades complexas. Ao final, apresenta-se a proposta de um ativismo judicial multifacetado e contingencial, que entende pela possibilidade de intervenção judicial na efetivação dos DESC's desde que haja diálogos institucionais.

¹ Mestre e Doutora em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Pernambuco (UPE/Recife). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade DAMAS (MESTRADO). Líder do Grupo de Pesquisa JUSPOLÍTICA - Diálogos, Historicidades e Judicialização de Políticas (Direito/UPE). E-mail: flavia-santiago@uol.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6995-0982>.

² Mestranda em direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Pesquisadora do Grupo Juspolítica: Diálogos, Historicidades e Judicialização de Políticas. Recife/PE. E-mail: eduardacunhapf@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7163-923X>.

Palavras-chave: Decisão judicial; diálogos institucionais; direitos socioeconômicos e culturais; Sul Global.

ABSTRACT: What are the limits and possibilities of constitutionality control in the Global South for the realization of social, economic and cultural rights (DESC's)? The present study aims to investigate, based on the assumption that there are no single action proposals for the judicial institutions, the answer to that question. The deductive approach is used in order, first, to present the general debate about the justiciability of DESC's and to disentangle the assumption that the rights of the first, second and third generation are interwoven. In a second step, through bibliographic-documental research, the theories Mark Tushnet, David Landau and Rosalind Dixon are worked on with regard to the performance of the courts in the face of the judicialization of these rights and the consequent need to make them effective in fragile democracies and complex realities. At the end, there is a proposal for a multifaceted and contingent judicial activism, which understands the possibility of judicial intervention in the execution of DESC's provided that there are institutional dialogues.

Keywords: Judicial decision; institutional dialogues, socioeconomic and cultural rights. Global South.

Sumário: 1. Introdução. 2. A justiciabilidade dos direitos sociais, econômicos e culturais no Sul Global. 3. Um papel dinâmico para decisões estruturantes (*structural injunctions*): a sugestão de David Landau para a efetividade dos DESC'S. 4. A jurisdição constitucional fraca (*weak-form review*) como catalisadora do entendimento entre cortes e legislaturas: o “acordo majoritário” de Mark Tushnet. 5. “Moderação” e alternância em Rosalind Dixon: “direitos fracos e remédios fortes” (*weak rights/strong remedies*) ou “direitos fortes e remédios fracos” (*strong rights/weak remedies*). 6. Potencialidades das teorias dialógicas nas decisões estruturais: os debates entre neorrealistas e construtivistas. 7. Conclusão. 8. Referências.

1. INTRODUÇÃO

A curva ascendente de litígios envolvendo os direitos sociais, econômicos e culturais (DESC's) é, segundo um pressuposto comumente aceito no meio jurídico, consequência do avanço da constitucionalização dos direitos de segunda geração, particularmente na América Latina, Leste Europeu e África (LANGFORD, 2009, p.98). A produção acadêmica sobre o papel das cortes constitucionais na efetivação desses direitos é pujante, com especial atenção às inovações e desafios enfrentados no Sul Global (MALDONADO, 2013), expressão que faz referência aos países da África,

América Latina e grande parte da Ásia e do Oriente Médio. Além de experiências democráticas recentes, estes países também se identificam pela adoção de uma espécie peculiar de *judicial review*, comprometido com a efetividade dos direitos fundamentais, incluídos os prestacionais (VALLE, 2016, p.2).

Na esteira da denominada “revolução dos direitos”, (EPP, 1998, p.30) a percepção das instituições representativas como canais deficientes para viabilizar as demandas dos grupos vulnerabilizados apresenta-se como um dos pilares centrais do pensamento firmado nas democracias consolidadas após a terceira grande onda de redemocratização entre os anos 70 e 90. Verificou-se uma tendência de adoção de constituições analíticas e detalhadas, cujo conteúdo abarca um amplo campo das relações sociais, reduzindo a margem de discricionariedade das instâncias majoritárias, pela previsão de extenso catálogo de direitos e vinculação das estruturas e regras de funcionamento dos aparatos estatais constitucionais (LANDAU, 2012, p.159). Apostou-se, ainda, no papel dos juízes (YOUNG, 2012, p.72) para a garantia das previsões constitucionais. Essa estrutura normativa, atrelada à baixa efetividade dos compromissos substantivos, deflagrou um processo de intensa judicialização das demandas sociais nestes países (VALLE, 2016, p.15).

Deste modo, o Poder Judiciário – especialmente os tribunais encarregados do controle de constitucionalidade - passaram a operar em contextos políticos disfuncionais, nos quais, não raramente, existe uma grande dificuldade na implementação de direitos prestacionais pela falta de recursos orçamentários estatais ou por circunstâncias de bloqueios institucionais, como será visto adiante. O cenário abre espaço para manifestações de ativismo judicial e, como consequência, discussões em torno da (i)legitimidade democrática do *judicial review*, diante de sua “dificuldade contramajoritária” (BICKEL, 1962), e pelos riscos representados por uma “juristocracia” (HIRSCHL, 2014, p.23) para o arranjo da separação dos poderes e, ainda, quanto à (in)efetividade dos tribunais para viabilizar – em longo prazo – transformações sociais.

Essas ressalvas, comuns em democracias consolidadas, também são replicadas na avaliação dos tribunais do Sul Global, diante dos padrões de atuação de instituições como a Corte Constitucional Colombiana, a Suprema da Corte da África do Sul ou mesmo o Supremo Tribunal Federal Brasileiro, famosos por construções “inovadoras” e pela disposição em interferir nas dinâmicas dos poderes legislativo e executivo. Considerado este quadro, em tempos de constitucionalismo global (SLAUGHTER, 2003, p.191), o presente trabalho propõe-se a discutir limites e possibilidades do controle de constitucionalidade, na experiência do Sul Global, sob a perspectiva de que não há propostas únicas de atuação para as instituições judiciais – e, sobretudo, cortes constitucionais – que assegurem seu papel na garantia dos DESC’s, sem tomar em conta seus contextos sociais, culturais, históricos e institucionais.

As novas democracias do Sul Global possuem um passado – não tão distante – de governos autoritários e disfuncionalidades institucionais, que repercutem em fragilidade democrática, falhas de funcionamento e ausência de uma cultura constitucional, com consequências para a atuação de seus tribunais. Isso ocorre por uma cultura de instabilidade institucional ainda não superada, sendo comuns mecanismos de controle *ex-ante* e *ex-post* e comprometimento da independência das cortes nesses países (BRINKS ;BLASS, 2017, p.298). São, como em grande parte da América Latina, democracias recentes, com incipiente cultura constitucional (LANDAU, 2012, p.210). Como reforço, sabe-se que a “proteção dos direitos sociais enfrenta sérios obstáculos em contextos em que a pobreza e a iniquidade dominam o cenário social” (UPRIMNY, 2001, p.5).

Neste quadro, sugere-se que as denominadas teorias dialógicas voltadas ao Sul Global podem colaborar para a conversão (ou fortalecimento) dos tribunais em atores políticos com considerável influência nas regras do jogo democrático e na efetividade de direitos socioeconômicos.

Partindo-se do método dedutivo, o trabalho se inicia com o debate geral sobre a justiciabilidade dos DESC’s, aderindo ao pressuposto de que os direitos de primeira,

segunda e terceira dimensão estão imbricados, para expor as sugestões de Mark Tushnet, David Landau e Rosalind Dixon acerca do *modus operandi* (momento, decisão e participação no processo) dos tribunais quando atuam na proteção destes direitos. A despeito de suas virtudes e eventuais críticas, as construções dos autores tem como ponto em comum o reconhecimento do papel dos tribunais, a partir de experiências constitucionais específicas, como a sul-africana e colombiana, para fomentar a efetividade dos direitos no Sul Global. Ao final, vislumbradas as potencialidades das propostas teóricas, pretende-se avançar na proposta de um ativismo judicial contingente e multifacetado, dependente das circunstâncias e dos mecanismos de atuação dos magistrados, em que o diálogo pode colaborar para a consolidação das cortes como instituições catalisadoras do debate público.

2. A JUSTICIABILIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS NO SUL GLOBAL

Embora as constituições do Sul Global, fiéis ao arranjo institucional da terceira onda de democratização, tenham optado pela positivação dos DESC's, discutiu-se por muito tempo a possibilidade de acionar a via judicial para assegurar seu cumprimento, em caso de inércia ou omissão das instâncias majoritárias. A discussão se daria em torno de sua natureza, por implicarem numa obrigatoriedade positiva que, na maioria dos casos, imporia sua efetivação com dispêndio de recursos do erário público³, cuja gestão compete aos poderes legislativo e executivo, na concepção e aplicação de políticas públicas. Os argumentos poderiam ser assim sumarizados:

³ A tese nuclear do trabalho desenvolvido por Cass Sunstein e Stephen Holmes (2000) consiste na hipótese de que todos os direitos, desde os prestacionais até os direitos de liberdade, acarretam custos aos cofres públicos para que sejam concretizados.

[...] o Poder Judiciário é o menos indicado para realizar planejamentos de política pública; a ação judicial é um meio pouco apropriado para discutir medidas de alcance geral; a discussão processual gera problemas de desigualdade em relação às pessoas afetadas pelo mesmo descumprimento que não participaram da ação; o Poder Judiciário carece de meios compulsórios para a execução forçada de uma suposta sentença que condene o Estado a cumprir uma prestação que havia sido omitida para todos os casos envolvidos ou para editar a regulamentação omitida; a substituição de medidas gerais por decisões ad hoc efetuadas pelo juiz no caso particular pode ter também como resultado desigualdades indesejáveis; etc. (ABRAMOVICH; COURTIS, 2002, p.190).

Os DESC's se distinguiriam dos direitos civis e políticos (primeira geração) porque estes teriam um caráter meramente negativo, sendo facilmente asseguráveis e exigíveis; aqueles se caracterizariam por obrigar o Estado a fornecer prestações materiais e, portanto, estariam vinculados a contingências econômicas e financeiras, em contextos de disputas alocativas. Consideradas as dificuldades para sua implementação, estes direitos representariam princípios gerais ou cláusulas programáticas, ficando relegados ao alvedrio legislativo e executivo. E, em virtude de sua dimensão coletiva, não poderiam ser tutelados pelos órgãos jurisdicionais.

Para Victor Abramovich e Courtis (2002, p.191), esses argumentos têm como base uma visão distorcida e “naturalista” do papel e do funcionamento da máquina pública, que coincide com a posição de um Estado Mínimo, restrito à garantia de justiça, segurança e defesa. Contudo, existem uma série de obrigações positivas que representam condições *sine qua non* para o exercício pleno das liberdades individuais, vinculadas à manutenção das instituições políticas, judiciais, sociais. Assim, pode-se até reconhecer que, de fato, a faceta mais visível dos direitos econômicos e sociais é representada pelas obrigações de fazer. A observação mais cautelosa da estrutura desses direitos, porém, demonstra a existência concomitante de obrigações “negativas”.⁴

⁴ “[...]o direito à saúde compreende a obrigação estatal de não prejudicar a saúde; o direito à educação pressupõe a obrigação de não piorar a educação; o direito à preservação do patrimônio cultural implica a obrigação de não destruir esse patrimônio. É por essa razão que muitas das ações legais tendentes à aplicação judicial dos direitos econômicos, sociais e culturais são direcionadas para a correção da atividade estatal, quando esta deixa de cumprir

De outra ponta, direitos civis e políticos são também direitos positivos, prestacionais. O direito de propriedade não demanda apenas a ausência de interferências arbitrárias por parte do Estado, mas exige prestações públicas onerosas, com a criação e garantia de múltiplos “tipos de registro à criação e manutenção de forças de segurança e órgãos jurisdicionais que possam garantir o cumprimento dos contratos que envolvem a propriedade” (SCHWARZ, 2017, p.17), por exemplo. Igualmente, o direito político de voto envolve uma estrutura ampla e dispendiosa (sistema de urnas e cédulas eleitorais, mecanismos de contagem e recontagem de votos, órgãos jurisdicionais e outros).

Além da multiplicidade de obrigações de fazer e não fazer relacionadas aos direitos em geral, há uma “interdependência” entre os direitos de primeira e segunda geração, de forma que a violação dos primeiros, muitas vezes, implica em violação direta aos segundos. Considerada a judicialização das relações sociais como uma consequência do constitucionalismo no Sul Global, o presente texto sugere tomar em conta que cada instituição pode contribuir para a interpretação de direitos assegurados constitucionalmente, refutando o argumento categórico de que determinados assuntos devem ser *sempre* tratados por determinadas instituições, numa presunção de que elas reúnem, aprioristicamente, as melhores condições para formular as respostas adequadas (SUNSTEIN; VERMEULE, 2003, p.890).

É sob essa perspectiva que se propõe uma incursão pelas denominadas teorias dialógicas, que privilegiam a construção de mecanismos voltados ao diálogo e cooperação, reconhecendo que a proteção dos DESC’s pelos tribunais depende da compreensão de que o exercício de sua atividade se insere num intrincado arranjo político, a partir de considerações em torno do modo, momento e objeto da decisão.

obrigações de não fazer. Em suma, os direitos econômicos, sociais e culturais também podem ser caracterizados como um complexo de obrigações positivas e negativas do Estado, embora nesse caso as obrigações positivas se revistam de maior importância simbólica para identificá-los.” (ABRAMOVICH; COURTIS, 2002, p.197-198).

3. UM PAPEL DINÂMICO PARA DECISÕES ESTRUTURANTES (*STRUCTURAL INJUNCTIONS*): A SUGESTÃO DE DAVID LANDAU PARA A EFETIVIDADE DOS DESC'S

Elegendo como ponto de partida as decisões proferidas pelas cortes constitucionais do Sul Global (África do Sul, Índia e Colômbia) e suas consequências, David Landau sugere um papel dinâmico (*dynamic role*) e a utilização das decisões estruturantes (*structural injunctions*) para as cortes, numa intervenção forte que teria o potencial de empoderar a sociedade civil e difundir os valores constitucionais.

Segundo o autor, além da preocupação quanto à afirmação da independência judicial em ambientes difíceis, as teorias deveriam incorporar diversas possibilidades para o ativismo judicial das cortes, que podem alcançar resultados diversos. Sua visão dinâmica do papel judicial coloca essa questão em primeiro lugar, pois demanda que juízes e estudiosos enfrentem a questão de como intervenções judiciais de diferentes tipos podem impactar a evolução das instituições democráticas. Exige, portanto, que os juízes considerem as duas questões: plausibilidade e eficácia de suas decisões. A plausibilidade diz respeito às estratégias viáveis em diferentes contextos políticos, ao passo que a eficácia concerne aos tipos de intervenções judiciais, em seus impactos positivos e não negativos no desenvolvimento democrático (LANDAU, 2012, p.194).

Em seu artigo “*The reality of social rights enforcement*”, Landau apresenta quatro formas de *como* o Poder Judiciário - e, sobretudo, as cortes constitucionais - podem assegurar os DESC's. São elas: a) ações individuais (*individual actions*); b) injunções proibitivas (*negative injunctions*); c) por determinações “fracas” de políticas públicas (*weak-form review*) e d) por decisões estruturais (*structural injunctions*).

As duas últimas seriam mais adequadas para a garantia de direitos socioeconômicos à população menos favorecida. Isso porque as duas últimas formas de adjudicação – em especial as *structural injunctions* – possuem efeitos capazes de beneficiar à coletividade, envolvendo litígios mais complexos e difusos. Enquanto no

weak-form review (modelo fraco), os tribunais afirmam a necessidade de elaboração de certa política pública destinada a impedir violações de direitos fundamentais, mas deixam de adentrar no mérito administrativo e não designam especificamente de que forma tal política deve ser concretizada, nas *structural injunctions* os tribunais prolatam sentenças de execução complexas, que buscam realizar alterações sistêmicas em instituições burocráticas do Estado. Nelas, como dispõe Owen Fiss (2003, p.1), há uma melhor determinação de prazos e medidas a serem adotadas pelos agentes públicos.

A proteção individual ocorre quando uma determinada corte ordena, por exemplo, que um tratamento em particular, medicamento caro ou determinada habitação, etc, seja(m) assegurado(s) a um indivíduo específico - aquele que pleiteou o direito em juízo. É possível que a decisão – beneficiadora apenas do autor - tenha substancial impacto no orçamento público, destinado a toda a coletividade. As *individual action*” acentuam o argumento da reserva do possível como eventual obstáculo ou argumento contra a justiciabilidade dos direitos sociais, considerando que demandas individuais não são capazes de responder a falhas sistêmicas, que seriam melhor atendidas através da tutela coletiva de interesses metaindividuais. Logo, são casos com o potencial de acarretar efeitos seletivos e, eventualmente, antidemocráticos.

As *negative injunctions*, por sua vez, ocorrem quando a corte declara a inconstitucionalidade de uma determinada conduta do governo. Por exemplo: suponha-se que o governo tente cortar o benefício de pensão recebida por um grupo de indivíduos ou os salários de servidores públicos. O tribunal pode compreender que a medida viola determinados preceitos/garantias constitucionais e, conseqüentemente, ordenar que o governo mantenha esses benefícios. Ao contrário dos casos individuais, esse tipo de *injunction* seria capaz de afetar um grande número de pessoas ao mesmo tempo e, portanto, teria um impacto ainda maior no orçamento público (LANDAU, 2012, p.195).

Para as cortes, ambos os modelos apresentam vantagens, pois são relativamente fáceis de serem utilizados e justificados, considerando que afastam questionamentos quanto à invasão na esfera de atuação dos demais poderes. São decisões alinhadas às

expectativas quanto ao papel dos magistrados numa concepção tradicional da teoria da separação de poderes. A desvantagem das *negative injunctions* e do *individualized model*, todavia, é que tendem a beneficiar grupos das classes média e alta. Isso se dá, no modelo individual, porque somente aqueles que possuem recursos financeiros têm condições de suportar o trâmite processual, que pode ser longo, caro e demorado. No caso das injunções negativas, porque os hipossuficientes econômicos possuem muitos bens ou benefícios que passíveis de apropriação estatal, de forma que esse modelo acaba protegendo posições jurídicas (pensões e salários, por exemplo) das classes privilegiadas.

Ademais, nenhuma das duas formas parece ser capaz de pôr fim à burocracia administrativa que impede a superação de determinados problemas estruturais, de forma que não causam impactos diretos ou indiretos na situação dos mais pobres, pois não focam no aprimoramento ou implementação de políticas públicas. Apesar disso, a proteção dos direitos sociais pelos tribunais - fato recorrente na realidade dos países em desenvolvimento – ocorre, sobretudo, através desses dois modelos. As *structural injunctions* e o *weak-form review* são consideravelmente mais raros (LANDAU, 2012, p.198).

As *structural injunctions*, em contrapartida, seriam mais utilizadas por outras cortes, de forma variada, pois não há um modelo uniforme para a sua utilização. Essa forma de proteção encontra maior resistência, tanto por parte das cortes – que temem as críticas no sentido de que estariam estendendo suas competências – quanto dos acadêmicos, que alegariam a falta de legitimidade e *expertise* dos juízes para atuar de forma mais incisiva na proteção dos direitos sociais, como os argumentos já expostos no item anterior. O emprego destas medidas teria alcançado bons resultados em países como Índia e Colômbia pois, apesar de expandir consideravelmente a zona de atuação das cortes constitucionais, podem ter efeitos mais positivos – quantitativamente e qualitativamente- que as *negative injunctions* e os *individualized models*. Para o autor, discutir limites e possibilidades de atuação institucional dos tribunais poderia mascarar

ou desviar a atenção das verdadeiras falhas a serem superadas: problemas sociais, econômicos e democráticos enfrentados por esses países. Ademais, a forma fraca de intervenção judicial demandaria decisões inovadoras e criativas, características que não seriam próprias destes tribunais⁵.

Landau finaliza seu argumento sugerindo que a maioria dos juízes sente-se confortável em trabalhar com remédios que não dão margem para questionamentos acerca da legitimidade de sua atuação. E isso não significa que esses remédios (como os individuais e as *negative injunctions*) não sejam intrusivos, mas que sua utilização aproxima-se aos modelos recorrentes de decisão judicial. Assim, sentem-se mais respaldados em conceder um determinado medicamento caro, por exemplo, a um único indivíduo - e não pensar nos efeitos sistêmicos (provavelmente negativos) daquelas decisões -, que assumir o encargo de promover verdadeiras reformas estruturais. A *weak-form review* (revisão judicial fraca), apesar de demandar que os juízes deixem de lado uma postura tradicional de atuação, pareceria mais aceitável na concepção de divisão das funções estatais, já que sua atuação restringir-se-ia a apontar as falhas das instâncias majoritárias mas não adentraria em campos mais específicos, próprios de outras instituições. Remédios complexos, como as *structural injunctions*, apostariam mais no papel dos juízes para supervisionar e expedir ordens capazes de combater da burocracia administrativa, tendo um custo político mais alto com o qual, nem sempre, os tribunais estão dispostos a arcar.

É a partir dessa visão sistêmica, que questiona as repercussões das interferências judiciais na efetividade dos direitos, que o autor se dispôs a analisar o celebradíssimo caso Grootboom, decisão em que a Corte Sul-Africana utilizou-se do *weak-form-review* (ou *dialogue based*) para apontar que o Estado havia violado o direito à moradia dos

⁵ Inclusive, o autor salienta que cortes pertencentes à tradição do *Common Law*, como Índia e África do Sul, tendem a ser mais criativas na criação de remédios para a proteção dos DESC que cortes pertencentes a países com tradição do *Civil Law*. Deve-se observar, porém, que a Corte Constitucional Colombiana é das mais inovadoras, sendo constantemente referenciada no âmbito do Direito Comparado. (LANDAU, 2012, p.220)

demandantes, mas se negando a estabelecer as medidas que deveriam ser tomadas pelo parlamento para superação do problema. A atuação do Tribunal Sul-Africano foi emblemática por, teoricamente, ter sido capaz de mitigar a constante tensão entre o *judicial review* e a democracia, mais frequente quando as cortes lidam com a efetivação de direitos socioeconômicos (LANDAU, 2012, p.198).

O autor sustenta, contudo, a atipicidade do caso e o fato dele não corresponder à realidade cotidiana de outras cortes constitucionais, que preferem utilizar outras formas de proteção aos direitos sociais, sobretudo pelo fato de temerem que uma abordagem “fraca”/dialógica não goze de eficácia pela não aderência da classe política e porque esse tipo de decisão prescinde de uma criatividade que a maioria dos juízes não têm. Assim, teóricos como Mark Tushnet, como se verá adiante, argumentaram que a decisão viabilizou a reconciliação entre institutos que grande parte dos constitucionalistas acreditava serem incompatíveis: a garantia da concretização dos direitos sociais positivados na maioria das constituições e a segurança de que os juízes não ultrapassassem sua seara competência para efetivá-los (TUSHNET, 2009, p.87).

Landau propõe que, nos arranjos constitucionais em consolidação, o foco dos debates e discussões acerca do papel das cortes deve buscar aferir os efeitos práticos da justiciabilidade dos direitos sociais. Ou seja, ao invés de questionar os limites de atuação judicial, a preocupação central consistiria em responder a outros questionamentos: (I) Como a atuação das cortes pode, a longo prazo, fortalecer democracias ainda em desenvolvimento?; (II) As cortes estão ajudando a construir uma cultura constitucional e, conseqüentemente, incentivando cidadãos e políticos a dar andamento a programas de caráter transformativo a fim de concretizar os preceitos constitucionais?; (III) As cortes estão desempenhando algum papel relevante no fortalecimento da sociedade civil ou enfraquecendo-a? As respostas a essas perguntas, na visão do professor norte-americano, são cruciais para a formulação de teorias acerca da função jurisdicional em países cujo sistema de controle de constitucionalidade foi recentemente introduzido ou fortalecido (LANDAU, 2012, p.210).

Para tal fim, procede o autor à comparação entre as decisões de Grootboom (África do Sul), caso já descrito anteriormente, do caso dos deslocados internos (Colômbia). Na famosa Sentença T-25/04, a Corte Constitucional do país sul-americano examinou 108 pedidos de tutelas formulados por 1.150 núcleos familiares deslocados, em virtude dos conflitos com grupos paramilitares, situação cuja urgência e prioridade havia sido reconhecida pela Lei 387/97. A maioria do contingente era composta por grupos vulnerabilizados (mulheres, menores, minorias étnicas e idosos), razão pela qual foi flexibilizada a legitimidade ativa para os pedidos de tutela, permitindo que a interposição dos recursos fosse feita diretamente por associações de defesa dos direitos das pessoas deslocadas e pelas próprias pessoas prejudicadas, dispensando a atuação de advogados. Assim, a Corte declarou que as autoridades estavam obrigadas, pelos meios que achassem interessantes, a facilitar a inclusão e participação destes grupos na vida econômica e social da nação, estimulando a satisfação progressiva de suas condições materiais. Caberia ao estado a adoção e implementação de políticas, programas ou medidas positivas para efetivar os direitos econômicos, sociais e culturais básicas da população, em consonância a criação jurisprudência da “cláusula de erradicação das injustiças atuais, mas também se abster de avançar, promover ou executar políticas, programas ou medidas ostensivamente regressivas neste campo. Reconhecidas as restrições materiais, diante da extensão do problema do deslocamento, caberia às autoridades realizar um exercício de ponderação e estabelecer áreas prioritárias nas quais seria prestada a atenção oportuna e eficaz para essas pessoas (LIMA; FRANÇA, 2019, p. 224-226).

Para Landau, as *structural injunctions* obtiveram resultados mais exitosos na decisão da colombiana que na sul-africana, visto que a utilização do modelo fraco de decisão por esta repercutiu para que a execução da sentença não obtivesse resultados satisfatórios. A despeito de compreender que a decisão foi correta, Landau sugere que o tribunal sul-africano deveria ter sido mais enfático e interventivo ao invés de deferente à vontade do governo. O autor defende, ainda, que ordens genéricas não são o melhor

meio para alcançar os resultados objetivados, pois cortes constitucionais são atores importantes no processo de transformação social em democracias emergentes, não sendo interessante que deixem matérias relativas a direitos socioeconômicos à mercê das instâncias políticas (LANDAU, 2012, p.198).

Dessa forma, estratégias judiciais “mais agressivas e não convencionais” se apresentariam mais efetivas na resolução de casos que envolvem direitos prestacionais (LANDAU, 2012, p.198).

É perceptível a aposta em intervenções judiciais mais fortes⁶, considerando que discussões quanto à possibilidade de um corpo de juízes não eleitos poderem invalidar normas editadas por um órgão que goza de legitimidade popular ou a reconhecida “dificuldade contramajoritária”, não é - ou, pelo menos, não deve ser - o cerne das discussões em países do Sul Global, estes possuem questões mais importantes de ordem social, econômica e institucional que precisam ser resolvidas.

Em cenários marcados por passados autoritários e instabilidade institucional, as cortes não só podem como devem exercer um papel dinâmico, catalisador da democracia e, quando necessário, interventivo, visando envolver a sociedade civil e os demais atores capazes de, juntos, construir democracias sólidas. O mesmo não perde de vista, entretanto, que as *structural injunctions* devem ser utilizadas com cautela, pois apesar das cortes não carecem completamente de *expertise* para tratar de problemas sociais, as mudanças nos padrões de atuação política para a superação de quesitos que envolvem a violação massiva a direitos fundamentais depende de forma significativa das especificidades do ambiente político no qual as suas decisões serão implementadas.

⁶“A experiência na Colômbia e na Índia mostrou que estratégias de aplicação mais agressivas e não convencionais - especialmente o uso criterioso de injunções estruturais - podem ter como alvo mais eficaz as intervenções dos direitos sociais em relação aos pobres. Além disso, essas estratégias podem ser mais eficazes no fortalecimento de grupos da sociedade civil e na indução de mudanças importantes na burocracia. A conclusão não é que as injunções estruturais são a resposta certa para todos os problemas de direitos sociais; eles falharão em muitos contextos políticos, e os custos de recursos que eles colocarão nos tribunais podem ser altos demais para pagar em muitas circunstâncias. É que existe uma necessidade desesperada de inovar com remédios agressivos para que os direitos sociais cumpram sua promessa transformadora.” (LANDAU, 2012, p.200)

4. A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL FRACA (*WEAK-FORM REVIEW*) COMO CATALISADORA DO ENTENDIMENTO ENTRE CORTES E LEGISLATURAS: O “ACORDO MAJORITÁRIO” DE MARK TUSHNET

Mark Tushnet (2006, p.13), por sua vez, prioriza um modelo de atuação judicial no qual os juízes estão notadamente mais abertos às interferências legislativas⁷ e adotam, assim, uma postura mais deferente e dialógica. O modelo “fraco” (*weak-form review*) poderia mitigar a constante objeção quanto à “dificuldade contramajoritária”, pois permitiria que as cortes e as legislaturas construíssem um entendimento acerca das normas constitucionais através de um processo de trocas recíprocas a ser desenvolvido *ao longo do tempo*.

Num sistema de *strong-form review* como o norte-americano⁸, as decisões judiciais sobre questões constitucionais são vinculantes para as instâncias majoritárias e são, ainda, consideradas “finais”. Ter a “última palavra”, contudo, não significa que o posicionamento da corte perdurará indefinidamente ou que o Parlamento, por exemplo, não poderá revertê-la após certo tempo, em vista dos mecanismos constitucionais que podem (e são) utilizados pelas instâncias majoritárias com a finalidade de superar decisões judiciais. De todo modo, o modelo “forte” assegura que a decisão judicial não será revertida num curto espaço de tempo e, portanto, reverbera seus efeitos até que os poderes eleitos sejam capazes de (e queiram) reformá-la.

⁷ "Eu chamo de revisão judicial de forma fraca, uma forma de revisão judicial em que as decisões dos juízes sobre questões constitucionais estão expressamente abertas à revisão legislativa em curto prazo." (TUSHNET, 2006, p.1)

⁸ "O sistema de revisão judicial dos EUA, que chamo de revisão forte, insiste em que as interpretações constitucionais razoáveis dos tribunais prevalecem sobre as razoáveis das legislaturas. Os tribunais exercem uma forte revisão judicial quando seus julgamentos interpretativos são finais e irreversíveis". (TUSHNET, 2009, p.21)

De forma geral, para o autor, se os tribunais têm a possibilidade de emitir a “última palavra” sobre a constituição – mesmo que por um determinado lapso temporal fadado ao término, como acontece com a revisão forte - , o povo incorre no risco de perder sua capacidade de autogovernar-se. A revisão de forma fraca, em contrapartida, oferece uma solução para este problema. Tribunais têm a oportunidade de explicar porque uma determinada norma contestada é inconstitucional. Tendo feito isso, eles devem se afastar e deixar a solução ao legislativo. Na medida em que os tribunais têm alguma vantagem sobre os legisladores na interpretação constitucional, devidamente reconhecida por estes, as deliberações parlamentares serão informadas, mas não controladas, pelo que os tribunais disserem (uma espécie de “discrecionabilidade informada”). No final, se a decisão política for a de anular ou reverter a decisão judicial, a revisão de forma fraca permite que os representantes diretos do povo detenham a “última palavra”, respeitando a soberania popular e agindo dentro dos limites estabelecidos pela constituição. O *weak-form review*, dessa forma, atenua a tensão entre controle de constitucionalidade e soberania popular, ao assegurar o posicionamento final às instâncias majoritárias⁹.

A *weak-form review*, entretanto, poderá viabilizar que o Poder Legislativo torne efetivas determinadas decisões que não possuem fundamentos constitucionais, problemática que somente poderia ser aprofundada, segundo o autor, a partir de resultados colhidos por pesquisas empíricas. Diante disso, defende que o modelo fraco de intervenção judicial só não deve ser priorizado quando se estiver diante de direitos e garantias individuais, pois estes dizem respeito à capacidade dos indivíduos de se autogovernarem (TUSHNET, 2006, p.11).

⁹ “Os sistemas de revisão judicial de forma fraca mantêm a promessa de reduzir a tensão entre a revisão judicial e a autogovernança democrática, enquanto reconhecem que o constitucionalismo exige que haja alguns limites à autogovernança. A idéia básica por trás da revisão de forma fraca é simples: a revisão judicial de forma fraca fornece mecanismos para as pessoas responderem às decisões que eles acreditam serem erradas e que podem ser implementadas mais rapidamente do que a emenda constitucional ou os processos de nomeação judicial.” (TUSHNET, 2009, p.23)

Em suma, Tushnet defende que um modelo fraco de atuação judicial viabiliza formas mais dialógicas de decidir, pois, além de sua natureza “interativa” (*interactive nature*) (TUSHNET, 2012, p.61), proporcionam uma maior participação de atores constitucionais que possuem mais *expertise* e legitimidade que o Judiciário para interferir em questões de cariz coletivo, que impactam - direta ou indiretamente - no orçamento público. Assim, as decisões poderiam obter maior aderência da classe política, pois passariam, primeiramente, por uma fase de tentativa de implementação; e num segundo momento, por um período de observação no qual seus êxitos e falhas seriam analisados; e, ao final, por uma fase de reavaliação judicial na qual, se necessário, determinados aspectos seriam alterados (TUSHNET, 2012, p.158). A partir desse modelo seria alcançado um maior equilíbrio entre o dever judicial de proteger os direitos socioeconômicos e o imperativo democrático de separação de poderes.

Em ensaio posterior, Tushnet parte da proposta de *structural injunctions* e *weak-form review*, sugerida por David Landau, concordando que seriam os meios mais adequados para a proteção dos direitos sociais, pois as *negative injunctions* têm um impacto social muito pequeno e as ações individuais tendem a beneficiar somente aqueles que possuem uma melhor *support structure* (EPP, 1998, p.23), ou seja, as melhores condições econômicas e estruturais para ajuizar uma demanda e suportar os custos decorrentes do trâmite processual.

No que concerne à distinção entre *weak-form injunctions* e *structural injunctions*, o autor discorda da sugestão de que as segundas seriam mais eficazes que as primeiras, pois defende que a diferença entre os dois institutos é consideravelmente tênue. Apesar de argumentar que as medidas estruturantes são substancialmente mais detalhadas e prescritivas que o modelo fraco (ou “dialógico – variação terminológica utilizada pelo autor -) de intervenção judicial – e, por isto, num primeiro momento, seria possível enxergá-los como institutos diferentes -, o autor pondera uma perspectiva temporal, baseando-se na experiência norte-americana. Naquele país, as intervenções iniciam-se em geral com *weak-form injunctions*, adaptando-se, com o passar do tempo, às

structural injunctions, mudança decorrente de dois fatores. O primeiro é o fato de que a resistência política às decisões judiciais leva à frustração da eficácia prática das mesmas, o que faz com que os juízes aumentem a especificidade das medidas que precisam ser tomadas a fim de concretizar os fins objetivados no caso em questão, tornando a supervisão jurisdicional e o monitoramento dos resultados práticos da decisão mais fáceis. O segundo, por sua vez, insere-se numa lógica interessante: os juízes, no decorrer do processo estrutural, observam como as suas decisões têm sido implementadas e aprendem estratégias que podem ser utilizadas, mas também constataam aquelas que se mostraram falhas. Com o decorrer do tempo, considerando que os juízes adquirem experiência no julgamento de casos quanto à dada temática, suas decisões progressivamente tornam-se mais detalhadas.

Tendo em conta estes aspectos, a *weak-form injunction* seria o modelo mais adequado para problemas que envolvem direitos socioeconômicos, uma vez que as *negative injunctions* e as ações individuais não seriam capazes de causar impactos consideráveis na realidade social; já as *structural injunctions* gerariam, ao menos num primeiro momento, resistência política.

O *weak-form injunction*, por sua vez, buscaria encorajar os atores políticos a superarem questões burocráticas que, *a priori*, não estariam dentre as prioridades em suas agendas (TUSHNET, 2012, p.163). Uma outra vantagem seria o fato de que essa forma de atuação judicial viabilizaria a resolução dos problemas estruturais com atenção às condições e limitações que as instituições responsáveis pela violação a direitos possuem. O modelo representaria uma postura mais deferente às escolhas da Administração Pública, do Poder Legislativo e dos demais atores envolvidos, que se percebem obrigados a mudar uma determinada realidade, mas dispõem de maior discricionariedade para desenvolver e executar um plano de ação. Ademais, a *weak-form injunction* possui uma natureza “interativa”, que viabilizaria a observação, ao longo do tempo, do cumprimento da decisão, fazendo com que seus sucessos e falhas sejam devidamente levados em consideração no momento de reavaliação judicial, o que

permitiria que os magistrados modelassem as suas ordens, de acordo com as demandas específicas que fossem surgindo no caso concreto.

Interessante notar que Tushnet reforça a similaridade, sugerida por Landau, entre *structural injunctions* e *weak-form injunctions*, apontando, ademais, que o (in)sucesso da utilização desses dois modelos está mais atrelado ao cenário e às condições políticas, sociais e institucionais específicas, que à escolha de atuação judicial por uma forma mais “forte” ou mais “dialógica” de decidir.

Ademais, ao iniciar uma decisão impondo limites melhor delineados à atuação dos demais envolvidos, os juízes podem pular uma fase importante, os “aprendizados” sobre o problema. Uma estratégia mais moderada, como a *weak-form*, permite que os magistrados acompanhem a questão e, com o decorrer do tempo, adquiram maior *expertise* para utilizar medidas mais interventivas.

5. “MODERAÇÃO” E ALTERNÂNCIA EM ROSALIND DIXON: “DIREITOS FRACOS E REMÉDIOS FORTES” (*WEAK RIGHTS/STRONG REMEDIES*) OU “DIREITOS FORTES E REMÉDIOS FRACOS” (*STRONG RIGHTS/WEAK REMEDIES*)

Em dois ensaios acerca da tutela jurisdicional dos DESC's, Rosalind Dixon (2007, p.392) também analisa a sentença *Grootboom* para, a partir de considerações sobre o caso, trazer sua proposta sobre a intervenção judicial nessa matéria. Para a autora, o momento de prolação da sentença foi acompanhado de comemorações por parte de estudiosos do Direito Constitucional Comparado, que acreditavam ser uma decisão que oferecia uma abordagem pragmática e de grande sensibilidade democrática, conciliando a possibilidade do Judiciário tutelar direitos socioeconômicos e, ao mesmo tempo, atender às preocupações e críticas em torno da sua falta de *expertise* e legitimidade democrática para interferir em questões desse cunho (DIXON, 2014, p.393). Passado o momento de celebração, a autora une-se às críticas de que a decisão

da Corte Sul-Africana, no que se refere à realidade daqueles que pleiteavam o mínimo existencial ao direito à moradia, não promoveu transformações sociais significativas.

É desse cenário que, mais uma vez, discute-se até onde a Corte Constitucional da África do Sul (e os tribunais em geral) poderia ter ido, de forma legítima, na mencionada sentença e, sobretudo, até onde poderia ter sido estendido o significado de “núcleo mínimo” das obrigações do Estado estabelecidas da subseção 26.2 da constituição do país. A autora, dessa forma, propõe-se a responder, de maneira fundamentada, à questão. Como ponto de partida, assume que os debates em torno dos limites da atuação jurisdicional em matérias desse cariz deve considerar a necessidade de estabelecer-se um diálogo constitucional entre cortes e legislaturas, coadunando-se com a ideia de um constitucionalismo cooperativo que reconheça a totalidade do potencial e os limites das respostas judiciais e legislativas ao processo de interpretação e satisfação dos direitos resguardados pela constituição (DIXON, 2007, p.393).

Nas teorias do constitucionalismo cooperativo, as instâncias majoritárias, em geral, estão sujeitas a sérios bloqueios, de forma que uma ampla deferência judicial às legislaturas (*super-weak judicial review*) – ou a pura ideia de supremacia legislativa – tende a produzir efeitos que ficam muito aquém de um ideal constitucional totalmente inclusivo e responsivo. As premissas dialógicas partem do pressuposto de que existem uma série de bloqueios institucionais provenientes de “pontos cegos” ou “omissões” no processo de criação e implementação de direitos (DIXON, 2007, p.394).

“Pontos cegos” no processo legislativo podem surgir por diversas razões: (1) o parlamento pode falhar, por conta das pressões do tempo nas deliberações legislativas ou por outras limitações na previsão legislativa (pontos cegos da aplicação), em reconhecer que uma determinada lei pode ser aplicada de forma a infringir direitos; (2) os legisladores podem falhar ao tentar antecipar o impacto das leis no exercício dos direitos porque não são capazes de apreciar, de forma adequada, a perspectiva de quem os pleiteia a partir de suas diferentes experiências de vida; (3) os legisladores estão focados em um determinado objetivo legislativo e, por ter experiência jurídica limitada,

podem estar mal preparados para perceber maneiras pelas quais uma reivindicação baseada em direitos possa ser plenamente acomodada, sem assumir um custo indevido para as finalidades almejadas (pontos cegos de alojamento) (DIXON, 2007, p.403-403).

O processo parlamentar também pode conter pontos de inércia no que concerne à proteção de direitos porque o ato de legislar envolve um trâmite demorado, que deve operar dentro das restrições de capacidade de uma dada sessão legislativa. Nessas circunstâncias, uma legislatura pode falhar em editar normas que visem à proteção de determinados direitos fundamentais simplesmente porque outras prioridades legislativas concorrentes parecem eleitoralmente mais prementes e promissoras (*priority-driven burdens of inertia*). Outra possibilidade, também, advém da mora legislativa quando uma determinada questão divide opiniões em um partido político, de forma que levar ao cabo um resultado legislativo mais responsivo é compensado pelos custos envolvidos para a integridade do partido (é o que a autora chama de *coalition-driven inertia*). Finalmente, destaca que uma determinada demanda cujo escopo central seja a proteção de direitos, pode requerer formas complexas de ação administrativa, de forma que o atraso e a inércia do processo legislativo podem “combinar” com a inércia do Poder Executivo ou da Administração Pública (DIXON, 2007, p.402).

As teorias do constitucionalismo cooperativo nem sempre apostam num papel mais proativo do Poder Judiciário no sentido de atribuírem a esses órgãos a responsabilidade de combater a inércia ou mora legislativa ou administrativa. Num entendimento dialógico, por outro lado, os “pontos cegos” e as “inércias” legislativas afetam de forma tão profunda a legitimidade do sistema constitucional como um todo, que existe uma necessidade urgente de identificar maneiras pelas quais outras instituições sociais e governamentais – incluindo as cortes – podem mitigar esses bloqueios (DIXON, 2007, p.405). Além disso, em contraste com outras teorias do constitucionalismo cooperativo, as teorias dialógicas afirmam que, uma vez que os tribunais estejam envolvidos na revisão judicial de alguma forma, eles têm a

responsabilidade direta de usar suas habilidades comunicativas e coercitivas ao máximo, a fim de combater os “pontos cegos” e as “inércias”.

É devido aos “pontos cegos” (*blind spots*) e à inércia das instâncias majoritárias (*inertia*) que obstaculizam a concretização dos direitos socioeconômicos, que a autora compreende ser natural questionar por que, em casos de violações massivas a direitos fundamentais (como o caso Grootboom), as cortes não deveriam adotar modelos “fortes” (*strong-form review*) de atuação. Responde afirmando, todavia, que partindo-se de uma perspectiva dialógica, a resposta para esta pergunta será imediata: as cortes, assim como os legisladores, estão propensas a falhar, mesmo em pautas atinentes a direitos constitucionais justiciáveis. Assim, assumindo-se o pressuposto de que as cortes constitucionais possuem a “última palavra” acerca de quesitos constitucionais (*strong-form review*), a relação entre democracia e controle de constitucionalidade tornar-se-á duvidosa, porque o processo de intervenção judicial terá o potencial de causar “encargos reversos de inércia”, assim como será incapaz de combater a inércia legislativa (DIXON, 2007, p.407).

O objetivo central de sua proposta, portanto, é formular uma descrição da noção de “diálogos constitucionais” mais pormenorizada que a oferecida por grande parte da literatura do constitucionalismo cooperativo – sobretudo pelo fato de que a ideia de “diálogos constitucionais” é frequentemente usada para descrever teorias muito diferentes do constitucionalismo cooperativo, cada uma adotando uma compreensão diferente do âmbito adequado dos papéis judicial e legislativo - a fim de melhorar os níveis gerais de inclusão e as respostas às demandas sociais no marco de democracias constitucionais, focando em como neutralizar obstáculos do processo político (DIXON, 2007, p.391).

Isso porque, não obstante a ideia de um diálogo entre tribunais e legislaturas sobre normas constitucionais ser uma temática amplamente debatida nas últimas décadas – sobretudo nos Estados Unidos, Canadá e países do *Commonwealth* – a discussão não engloba, via de regra, os direitos socioeconômicos.

A proposta da autora, dessa forma, perpassa a ideia de que as cortes podem (e devem) desempenhar um papel amplo e ativo na hora de contestar tanto os “pontos cegos” quanto às “cargas de inércia” do processo legislativo. Na mesma medida, dispõe que as legislaturas também têm a possibilidade de desempenhar um papel ativo na hora de contestar os inevitáveis erros de juízo constitucional por parte da magistratura, assim como o fortalecimento de uma “cultura constitucional” (POST;SIEGEL, 2003, p.45), inclusive nos temas relativos aos direitos socioeconômicos.

6. POTENCIALIDADES DAS TEORIAS DIALÓGICAS NAS DECISÕES ESTRUTURAIS: OS DEBATES ENTRE NEORREALISTAS E CONSTRUTIVISTAS

Conhecidas as possibilidades de engajamento sugeridas pelas teorias dialógicas e suas respectivas objeções quanto às possibilidades de atuação dos tribunais para a efetivação de direitos econômicos, sociais e culturais em democracias recentes, observa-se que estas voltam suas atenções ao potencial de efetivação das decisões judiciais em contextos desfavoráveis, sugerindo caminhos que contemplem a atuação, omissões e possíveis reversões dos julgados. A discussão, portanto, espelha um debate interdisciplinar, que reconhece os tribunais como instituições que interagem num dado sistema, em constante transformação e submetidas às interferências dos poderes políticos, econômicos e sociais. Parte-se da visão de que os tribunais, na interpretação constitucional, vão além de uma atividade meramente jurídica, num balanceamento que se aproximaria de um exercício de “teoria política aplicada” (ROBERTSON, 2010, p.23).

Neste sentido, tem-se uma ampla tradição de estudos compartilhados entre juristas e cientistas políticos, que se ocupam das explicações das decisões judiciais, compreendendo-as como um produto entre composição da corte, as questões que lhe são submetidas, e a posição do tribunal perante os outros órgãos de governo (FRIEDMAN,

2005, p.59). As explicações mais frequentes para o comportamento judicial fornecidas pela *Judicial Politics*, na tentativa de excluir aproximações *meramente* prescritivas, podem ser sumarizadas em três modelos ou perspectivas: atitudinal, institucional histórico e estratégico. No primeiro, decisões judiciais são produto das preferências pessoais influenciadas pelos condicionantes normativos; no segundo, as práticas estabelecidas nas instituições jurídicas repercutem nos julgados; os modelos estratégicos, por sua vez, referem-se ao que é viável (*feasible*) para que os juízes alcancem seus objetivos (WHITTINGTON, 2008, p.19-20).

A revisão judicial compreende o exercício de um poder interdependente, de sorte que “os juízes não podem efetivar suas próprias políticas e objetivos institucionais sem levar em conta os objetivos e ações correspondentes dos membros dos outros ramos de governo”, sob pena de não verem efetivadas suas decisões ou sofrerem outros constrangimentos políticos. E é justamente para eximir-se destas consequências que os juízes atuam *estrategicamente* para atingir *suas finalidades*, pois estão atrelados às preferências dos demais atores estatais, das escolhas que esperam que estes façam e, em maior grau, do contexto institucional em que atuam (EPSTEIN, 2001, p.584-585).

Um exemplo de decisão que não gozou de efetividade prática, no Brasil, é a ADPF nº347/DF, na qual o Supremo Tribunal Federal reconheceu o Estado de Coisas Inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro, utilizando-se do instituto colombiano. Na ocasião, o Supremo tentou intervir em questões atinentes à criação e implementação de políticas públicas, alocações orçamentárias e na interpretação e aplicação da ordem processual penal, com o intuito de reduzir os problemas de superlotação dos presídios e as consequentes condições degradantes do encarceramento. Na prática, até a presente data, os efeitos da sentença não obtiveram o êxito esperado e não conseguiram causar impactos significativos na realidade carcerária do país (PORFIRO, 2018, p.57).

Percebe-se que as teorias dialógicas incorporam, de algum modo, a perspectiva estratégica, sempre ocupada das reações às decisões pelos outros ramos de governo: (a)

aceitação e cumprimento; (b) recusa ao cumprimento ou mesmo (c) tentativa de reversão (*overturn*) por emenda constitucional ou pela aprovação de nova legislação. As respostas podem ser mais drásticas, com ataques à própria corte, reduzindo suas competências e poder ou simplesmente reduzindo orçamentos e fragilizando estruturas. Se estas questões são levadas em consideração pelas cortes em geral, as fragilidades institucionais do Sul Global, reforçadas por episódios de ataques aos tribunais nestes países mostram as dificuldades enfrentadas para a realização judicial de constituições transformativas, que apostam na previsão de direitos para reduzir consequências das desigualdades econômicas, políticas e sociais e promover igualdade (ISSACHAROFF, 2015, p.13).

A literatura acadêmica interdisciplinar sobre a relação entre tribunais e transformações sociais nestes países oferece uma estrutura conceitual e metodológica útil para avaliar os efeitos das diferentes ondas de processos judiciais e ativismo judicial quanto aos direitos socioeconômicos. Sob diferentes pontos de vista, esses estudos fizeram contribuições teóricas e avaliaram empiricamente os resultados da “revolução dos direitos” e da correspondente “juristocracia” representada pela crescente intervenção de juízes em situações políticas e sociais.

Os estudos de impacto das decisões judiciais são divididos em dois grupos, numa tipologia que distingue efeitos diretos e indiretos.

Sob uma perspectiva neorrealista, que considera a lei como um conjunto de normas que configuram o comportamento humano, essa corrente aplica um teste estrito de causalidade para avaliar os efeitos de intervenções judiciais: uma sentença é eficaz quando produz uma mudança observável no comportamento das pessoas as quais é dirigida diretamente.

Em oposição, teorias inspiradas na concepção construtivista das relações entre direito e sociedade criticam os neorrealistas por se concentrarem apenas nos efeitos diretos e materiais das decisões judiciais. Essa corrente propõe a ampliação da variedade de estratégias de investigação ao incluírem técnicas qualitativas para averiguar os

impactos das sentenças estruturais. Deste modo, leis e decisões judiciais produzem transformações sociais não apenas quando causam mudanças no comportamento de grupos e indivíduos diretamente afetados pelo caso, mas também quando produzem transformações indiretas nas relações sociais ou quando modificam as percepções de atores sociais. Assim, mesmo quando as decisões judiciais em casos estruturais não viabilizam de forma imediata uma transformação social, podem ser importantes para redefinir os termos das lutas imediatas e de longo prazo entre os grupos sociais (GARAVITO, 2013, p.9).

Admite-se que decisões judiciais podem produzir efeitos materiais, com mudanças tangíveis no comportamento de grupos ou indivíduos, mas também simbólicos, influenciando percepções e concepções sociais coletivas relacionadas ao objeto em questão. Em termos de teoria social, as últimas implicariam em modificações culturais ou ideológicas em relação ao problema proposto pelo caso (GARAVITO, 2013, p.9).

Acerca dos efeitos simbólicos, sugere-se:

Por exemplo, quando as intervenções judiciais recebem ampla cobertura pela mídia, elas podem configurar como a mídia e o público entendem o problema correspondente. Foi o caso do julgamento T-760, que levou à reformulação do problema de saúde pública na Colômbia. A análise do conteúdo das notícias e artigos de opinião publicados pelas duas principais editoras indica que, antes da decisão do CCC, o contexto mais provável em que o assunto era discutido era o de “crise institucional”, que dominava a 60% dos escritos publicados entre 2004 e meados de 2008.³⁸ O processo de reformulação pode ser visto claramente em ação na cobertura da imprensa que se seguiu à decisão: entre meados de 2008 e o final de 2010, a imprensa colocou a grande maioria (72%) dos artigos sob o “direito à saúde” (GARAVITO, 2013, p.15).

O autor aponta, ainda, que os efeitos materiais e simbólicos podem ser diretos ou indiretos. Os efeitos diretos incluiriam todas as ações ordenadas pelo tribunal que afetam os participantes do caso, sejam eles litigantes, beneficiários ou órgãos estaduais que recebem as ordens do tribunal. Os efeitos indiretos, em contrapartida, incluiriam todos os tipos de consequências que, sem serem estipuladas em ordens judiciais, seriam

derivados da sentença. Ou seja, são efeitos que não se limitam às partes, mas contemplam a coletividade como um todo (GARAVITO, 2013, p.13).

Os efeitos materiais diretos concentram-se, por exemplo, no desenho de políticas públicas conforme a determinação judicial, enquanto os materiais indiretos podem funcionar no sentido de viabilizar a criação de coalizões ativistas para influenciar o problema em questão. Por outro lado, os efeitos simbólicos diretos, por exemplo, podem ajudar na definição e percepção do problema enquanto questão atrelada à violação massiva de direitos fundamentais. Os simbólicos indiretos, por sua vez, ocorreriam quando, em decorrência da decisão, houvesse uma mudança da percepção pública acerca da urgência e gravidade do problema.

Em suma, Garavito dispõe que existem quatro tipos de efeitos:

[...]efeitos materiais diretos (por exemplo, a formulação de uma política pública ordenada pelo tribunal); efeitos materiais indiretos (por exemplo, a participação de novos atores no debate); efeitos simbólicos diretos (por exemplo, nova estrutura para notícias na mídia) e efeitos simbólicos indiretos (por exemplo, a transformação da opinião pública sobre o problema) (GARAVITO, 2013, p.13).

Enquanto os neorrealistas se concentram em efeitos materiais diretos, como o cumprimento da sentença, os construtivistas consideram os quatro tipos de efeitos, sendo possível detectar distinções entre as perspectivas de análise, eis que uma sentença pode ser considerada ineficaz pelos neorrealistas e eficaz pelos construtivistas, na medida em que a noção de impacto no segundo grupo contempla um conjunto maior de efeitos.

Para César Rodríguez Garavito (2013, p.13), que se aproxima dos construtivistas, considerar a corrente neorrealista absolutamente correta é assumir que praticamente todos os casos históricos de decisões estruturais foram fracassados. Segundo o autor, pesquisas empíricas como a Gerald Rosenberg (1991, p.118) acerca do caso *Brown v. Board of Education* não são capazes de averiguar efeitos materiais indiretos e simbólicos (diretos e indiretos) que, a longo prazo, viabilizam transformações importantes. O autor, que reconhece a relevância imediata dos efeitos materiais diretos, pondera que reformas

estruturais são caras, demoradas e exigem uma considerável habilidade gerencial e política do Poder Judiciário, demandando paciência e persistência na construção de soluções capazes de sanar falhas estruturais, frutos diretos de desigualdades econômicas e sociais históricas e de, muitas vezes, décadas de omissão pública.

Assim, para compreender os impactos das sentenças estruturais é necessária uma abordagem multidimensional, que “olha para além do resultado material e busca mudanças na jurisprudência, nas práticas institucionais, nas atitudes e nos discursos”. A mudança, nessas circunstâncias, pode ser acelerada ou retardada por uma série de fatores, “especialmente os relacionados às interações entre litigantes, vítimas, ativistas e organizações representativas”, de modo que avaliar esses efeitos é uma tarefa complexa, dependente de múltiplos fatores que podem moldar as percepções dos resultados, como o decurso do tempo e as perspectivas de litigantes e vítimas (OSORIO, 2019, p.590). Tais teorias compreendem que a relação da sociedade civil com o Poder Judiciário é multifacetada, de forma que o direito pode ser considerado um elemento de manutenção da ordem vigente – criminalizando movimento sociais ou bloqueando as suas demandas – mas também pode se constituir relevante ferramenta no processo de mudanças sociais objetivadas pelos atores da sociedade civil. E, neste contexto, ao lado dos processos judiciais, instrumentos extrajudiciais sejam capazes de mobilizar as instituições e atores relevantes para a transformação social são essenciais.

7. CONCLUSÃO

Não obstante os direitos sociais enfrentarem questões de cunho filosófico (quando questiona-se se estes seriam, verdadeiramente, direitos fundamentais) e normativo (os direitos sociais são direitos exigíveis?), a ideia de Estado Social atrela-se à superação do individualismo de cariz liberal em favor de uma visão do direito mais comprometida com as condições sociais dos menos favorecidos e/ou economicamente hipossuficientes. Em sociedades que adotam constituições programáticas – típicas dos

países integrantes do Sul Global – o texto sempre formulará pretensões relativamente à agenda institucional. Assim, além de limitar o Estado, constituições que se encaixam na referida classificação demandam algum tipo de ação governamental para a sua concretização.

Nesse sentido, demonstrou-se que existe uma relação imbricada entre os direitos de primeira, segunda e terceira geração, o que faz com que as afirmativas de que “direitos sociais são direitos custosos” e “direitos individuais são direitos gratuitos” sejam analisadas com cautela. A hipótese de que somente os direitos sociais acarretariam gastos aos cofres públicos foi falseada com a publicação de *The Cost of Rights*, obra na qual Holmes e Sunstein defendem, em suma: 1) que os direitos – de qualquer geração – custam dinheiro e 2) que a efetivação de todos os direitos depende do uso do tesouro público. Assim, a hipótese de que existem direitos sem custos ou de que existem direitos que são eficazes sem a realização de alguma atividade estatal, é falsa.

No cenário brasileiro, a Constituição de 1988 consagrou, em seu texto, direitos sociais que gozam de aplicabilidade imediata, dando ao Poder Judiciário a possibilidade de interferir em casos concretos a fim de garantir a guarda da Constituição. De certa forma, negar que as metas sociais, econômicas e políticas inseridas da norma suprema da comunidade não podem ser exigidas no Judiciário em situação de omissão da Administração Pública ou do Poder Legislativo, significaria dar um passo para trás em relação às conquistas da Constituição Cidadã, que muito insistiu na efetividade das normas constitucionais (FONTE, 2017, p.140). A utilização do Judiciário enquanto arena de deliberação pode ser estratégica ao evitar a exclusão de determinados grupos minoritários ou vulnerabilizados, ampliando o direito de participação popular em questões que lhe afetam diretamente.

Apesar disso, em um cenário de múltiplas necessidades sociais, recursos finitos e tributação constitucionalmente limitada, resta clara a impossibilidade de concretizar integralmente, com o orçamento público, todos os pleitos derivados dos direitos socioeconômicos e culturais. A viabilidade (ou falta dela) da concretização dos mesmos

não pode ser, todavia, averiguada somente através da microjustiça - com a qual o Poder Judiciário lida diariamente - nem somente por intermédio de magistrados que não têm como, sozinhos, executarem suas decisões, razão pela qual o presente trabalho, buscou demonstrar que a via jurisdicional e o acionamento do sistema de justiça em geral são apenas caminhos que podem viabilizar - a depender do contexto político e da disposição dos atores constitucionais e sociais de dialogar e coordenar esforços comuns a fim de atingir um mesmo objetivo - transformações sociais.

Não obstante o referido entendimento, os juristas, não raramente, estão inclinados à ideia da judicialização como meio preferido para obter uma reforma no sistema jurídico (SCHEINGOLD, 2010, p.6) e, conseqüentemente, cultivam uma visão otimista e até mesmo utópica do potencial transformador da função contramajoritária. Segundo Sunstein e Vermeule (2003, p.901), isso ocorre porque os estudiosos costumam se questionar como um determinado texto jurídico pode ser mais bem interpretado ao invés de como os juízes reais podem e devem interpretá-lo, esquecendo do contexto fático em que os juízes estão inseridos e das limitações práticas próprias da função jurisdicional.

Ainda nesse sentido, Vermeule (2006, p.16) dispõe que a “cegueira institucional” - ou seja, a desconsideração pela real capacidade das instituições – que marcam algumas obras doutrinárias podem assumir três modalidades: 1) a excessiva abstração filosófica, despreocupada com as instituições concretas que compõem a sociedade; 2) o institucionalismo estereotipado, que assume visões abstratas e irreais das instituições públicas (como, por exemplo, a ideia de que o Parlamento traduz fielmente a vontade do povo); e 3) o institucionalismo assimétrico, na qual a sociedade assume uma visão preconceituosa e negativa de uma ou algumas instituições (em geral, no Brasil – sobretudo após a promulgação da Constituição de 1988) e demais países do Sul Global, da Administração Pública e do Poder Legislativo), e uma visão fantasiosa e excessivamente otimista em relação a outros (papel que é frequentemente ocupado pelo Poder Judiciário), o que acaba por mascarar as reais potencialidades das instituições.

Com o intuito de desmistificar o viés juriscêntrico na temática dos DESC's, o presente trabalho buscou averiguar as vantagens de uma atuação interinstitucional (através de diálogos institucionais), defendendo, ademais, a possibilidade da intervenção jurisdicional na concretização de direitos socioeconômicos e culturais através de um ativismo judicial contingencial de faceta dialógica e apresentando como limite a incapacidade de, sozinho, o Poder Judiciário executar suas decisões e, conseqüentemente, viabilizar transformações sociais materiais (e não somente simbólicas).

A variedade de instituições previstas constitucionalmente tem o escopo de não deixar o texto constitucional tornar-se obsoleto ao longo do tempo e não permitir que uma delas tenha o monopólio constitucional. Assim, as instituições podem se articular em um processo simultaneamente competitivo e colaborativo (MADURO, 2013, p.550) a fim de atender aos objetivos centrais do Estado Democrático de Direito. Essa visão mostra-se adequada em um contexto institucional de respeito mútuo entre os poderes, na qual o papel dos atores constitucionais não precisa ser representado de forma estanque. Destaca-se, por fim, a ideia de gradualidade e alternância de interferência judicial – mais fraca, moderada ou mais forte – nos casos concretos, não coadunando-se com o entendimento, todavia, de que seria viável – no controle forte de constitucionalidade – a completa redução da discricionariedade da Administração Pública e do Poder Legislativo pelo Poder Judiciário, pois tal modelo desconsidera argumentos de cunho financeiro/orçamentário e mesmo questões relacionadas à prática administrativa (como, por exemplo, a necessidade de fazer licitação). O controle de constitucionalidade para garantir direitos socioeconômicos e culturais é salutar quando exercido de maneira ponderada e racional, não devendo converter-se em instrumento de arbítrio ou muito menos implicar na derrocada dos sistemas públicos.

É necessário alinhar os interesses institucionais – na medida do que for possível - para que os fins constitucionais sejam devidamente atendidos. Desse modo, os juízes devem evitar a excessiva politização e sobrecarga de suas atividades e, para esse fim,

devem estar dispostos a desenvolver técnicas de decisão flexíveis que não excluam a discussão, mas que, ao invés disso, permitam que esta retorne à arena política. Além disso, devem contribuir, na medida do possível, para o fortalecimento dos movimentos sociais, dando vez e voz aos mesmos sempre que eles forem a parte fraca de uma disputa legal, sem afastar a discussão deles. A batalha legal é apenas uma parte da luta política mais ampla pela emancipação social e nenhuma transformação transcendental será alcançada se a lei for a única arma usada para esse fim (UPRIMNY, 2001, p.25).

A litigância pode oferecer melhores resultados quando articulada com outras táticas políticas, sendo compreendida como parte de uma estratégia coordenada que ganha sentido, sobretudo, fora do sistema de justiça, em espaços societários que precisam ser fortalecidos. As ações dos tribunais, dessa forma, são “(...) apenas um dos muitos tipos diferentes de recursos e constrangimentos que moldam os termos das lutas de poder entre grupos em conflitos” (OSORIO, 2019, p.578). O desafio para a sociedade civil e para as entidades do sistema de justiça é definir o melhor conjunto de ferramentas que podem maximizar resultados na seara dos direitos sociais, econômicos e culturais – inclusive na fase pré-processual.

A democratização do processo de transformação social através das decisões dialógicas coaduna-se com um dos conceitos mais amplos de democracia, que contempla as liberdades de contestação e de participação política, de modo que, quanto mais amplo o espaço para contestar o regime, mais liberalizado e competitivo ele se torna, ao passo que, quanto maior a possibilidade de participação, mais inclusivo será o governo. Se o governo for inclusivo e liberalizado concomitantemente, será, também, democrático

8. REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Víctor; COURTIS, Christian. **Los derechos sociales como derechos exigibles**. Madrid: Trotta, 2002.

BICKEL, Alexander M. **The least dangerous branch: the Supreme Court at the bar of politics.** Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1962.

BRINKS, Daniel M.; BLASS, Abby. Rethinking judicial empowerment: The new foundations of constitutional justice. **International Journal of Constitutional Law**, v. 15, n. 2, p.296-331, jan. 2017.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. **Dimensões do ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal.** Rio de Janeiro: Forense, 2014.

COLOMBIA. Corte Constitucional Colombiana. **Sentença que declarou o Estado de Coisas Inconstitucional dos deslocados internos.** Sentença T-25/04. Abel Antonio Jaramillo e outros e Red de Solidaridad Social e outros. Relator: Magistrado Manuel José Cepeda Espinosa. Bogotá, COLÔMBIA, 24 de janeiro de 2004. Disponível em: <https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2004/t-025-04.htm>. Acesso em: 13 dez. 2019.

DIXON, Rosalind. Creating dialogue about socioeconomic rights: Strong-form versus weak-form judicial review revisited. **International Journal of Constitutional Law**, v. 5, n. 3, p. 391-418, 2007.

DIXON, Rosalind. Para fomentar el diálogo sobre los derechos socioeconómicos. In: **Por una justicia dialógica: el poder judicial como promotor de la deliberación democrática.** Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2014.

EPP, Charles R. **The rights revolution: Lawyers, activists, and supreme courts in comparative perspective.** Chicago: University of Chicago Press, 1998.

EPSTEIN, Lee; KNIGHT, Jack; MARTIN, Andrew D. The Supreme Court as a strategic national policy maker. **Emory Law Journal**, n. 50, p. 583-611, spr. 2001.

FRIEDMAN, Barry. The politics of judicial review. **Texas Law Review**, v. 84, n.2, p. 1-82, 2005.

FISS, Owen M. **The civil rights injunction.** Bloomington: Indiana University Press, 1978.

FISS, Owen et al. **The law as it could be.** New York: New York University Press, 2003.

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais.** São Paulo: Saraiva, 2017.

GARAVITO, César A. Rodriguez et al. El activismo dialógico y el impacto de los fallos sobre derechos sociales. **Revista Argentina de Teoría Jurídica**. v. 14, n. 2, p.1-27, dez., 2013.

GARAVITO, Cesar A. Rodriguez; FRANCO, Diana Rodríguez. **Cortes y cambio social: cómo la Corte Constitucional transformó el desplazamiento forzado en Colombia**. Bogotá: Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Dejusticia, 2010.

GARGARELLA, Roberto. ¿ Democracia deliberativa y judicialización de los derechos sociales?. **Perfiles latinoamericanos**, v. 13, n. 28, p. 9-32, jul./dez., 2006.

HIRSCHL, Ran. **Comparative matters: the renaissance of comparative constitutional law**. Oxford University Press, USA, 2014.

HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass R. **The cost of rights: why liberty depends on taxes**. New York: WW Norton & Company, 2000.

ISSACHAROFF, Samuel. **Fragile democracies: contested power in the era of constitutional courts**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

LANDAU, David. The reality of social rights enforcement. **Harvard International Law Journal**, v. 53, n.1, p.190-247, 2012.

LANGFORD, Malcolm. Judicialização dos direitos econômicos, sociais e culturais no âmbito nacional: uma análise socio-jurídica. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 98-133, nov. 2009.

LIMA, Flavia Danielle Santiago, FRANÇA, Eduarda Peixoto da Cunha. Ativismo dialógico x bloqueios institucionais: limites e possibilidades do controle jurisdicional de políticas públicas a partir da Sentencia T-025/04 da Corte Colombiana. **Argumenta Journal Law**, n. 31, p. 209-243, jul./dez., 2019.

LIMA, Flávia Santiago. **Jurisdição constitucional e política: ativismo e autocontenção no STF**. Curitiba: Juruá, 2014.

MADURO, Miguel Poiares. In search of a meaning and not in search of the meaning: judicial review and the constitution in times of pluralism. **Wisconsin Law Review**, v.67, n.2, p.541-559, spr. 2013.

MALDONADO, Daniel Bonilla (Ed.). **Constitutionalism of the Global South: The Activist Tribunals of India, South Africa, and Colombia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

OSORIO, Leticia Marques. Litígio estratégico em direitos humanos: desafios e oportunidades para organizações litigantes. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 1, p. 571-592, 2019.

PORFIRO, Camila. **Litígios Estruturais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

POST, Robert C.; SIEGEL, Reva B. Protecting the Constitution from the people: juricentric restrictions on section five power. **Indiana Law Journal**, v. 78, p. 1-45, 2003.

ROBERTSON, David. **The judge as a political theorist: contemporary judicial review**. Princeton: Princeton University Press, 2010.

RODRIGUEZ-GARAVITO, Cesar; FRANCO, Diana Rodriguez. **Juicio a la exclusión: el impacto de los tribunales sobre los derechos sociales en el Sur Global**. Buenos Aires: Siglo Vinteuno Editores, 2015.

ROSENBERG, Gerald N. **The hollow hope: Can courts bring about social change?** Chicago: University of Chicago Press, 1991.

SCHEINGOLD, Stuart A. **The politics of rights: Lawyers, public policy, and political change**. Michigan: University of Michigan Press, 2010.

SCHWARZ, Rodrigo Garcia. Os direitos sociais como direitos fundamentais e a judicialização de políticas: algumas considerações. **Revista da AJURIS**, v. 43, n. 141, p.1-28, 2017.

SLAUGHTER, Anne-Marie. A global community of courts. **Harvard International Law Journal**, v. 44, p. 191-219, 2003.

SUNSTEIN, Cass R.; VERMEULE, Adrian. Interpretation and institutions. **Michigan Law Review**, v. 101, n. 4, p. 885-951, 2003.

TUSHNET, Mark. A response to David Landau. **Harvard International Law Journal**, v.53, p. 155-164, 2012.

TUSHNET, Mark. **Weak courts, strong rights: judicial review and social welfare rights in comparative constitutional law**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

TUSHNET, Mark. Weak-Form Judicial Review and Core Civil Liberties. **Harvard Civil Rights-Civil Liberties Law Review**, v. 41, p. 1-22, 2006.

UPRIMNY, Rodrigo. El bloque de constitucionalidad en Colombia: un análisis jurisprudencial y un ensayo de sistematización doctrinal. In: **Compilación de jurisprudencia y doctrina nacional e internacional**. Bogotá: Oficina Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, 2001.

VALLE, Vanice Lírio do. Estado de coisas inconstitucional e bloqueios institucionais: desafios para a construção da resposta adequada. In: **Teoria Institucional e Constitucionalismo Contemporâneo**. Org. BOLONHA, Carlos; BONIZZATO, Luigi; e MAIA, Fabiana. Curitiba: Juruá, 2016.

WHITTINGTON, Keith E.; KELEMEN, R. Daniel; CALDEIRA, Gregory A. (eds.) **The Oxford handbook of law and politics**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

YOUNG, Katharine G. **Constituting economic and social rights**. Oxford: Oxford University Press on Demand, 2012.

Data da submissão: 10/09/2020
Data da primeira avaliação: 06/10/2020
Data da segunda avaliação: 17/10/2020
Data da terceira avaliação: 18/10/2020
Data da aprovação: 18/10/2020